

Infância e trabalho: a Casa do Pequeno Jornaleiro

Livia de Fátima Conceição¹ 

Resumo

O presente texto tem como objetivo compreender a formulação do projeto institucional “Casa do Pequeno Jornaleiro”, criado em 1940 e discutir sua implementação no que tange aos aspectos assistenciais, à infância pobre e ao papel do trabalho na atribuição de virtudes aos pequenos jornaleiros. Tal foi o alvo de assistência pela Casa, diante do discurso de combate às problemáticas sociais, mobilizando ações preventivas à infância considerada “desvalida”. O estudo apoia-se em Irma Rizzini, Irene Rizzini, Chagas e Simili. Além disso, fundamenta-se em documentos encontrados na Casa, nos jornais e em legislações pertinentes. Identificamos que a finalidade da Casa se definiu no amparo do menor e no investimento de sua educação profissionalizante.

Palavras-chave: Casa do Pequeno Jornaleiro; Assistência; Meninos jornaleiros.

Abstract

Childhood, discipline and job: casa do pequeno jornaleiro

This text aims to understand the formulation of the institutional project “Casa do Pequeno Jornaleiro”, created in 1940, and discuss its implementation with regard to welfare aspects, poor childhood and the role of the job in attributing virtues to the paperboys. They were the targets of assistance by the Casa, in light of the discourse of combating social problems, mobilizing preventive actions for the considered “unvaluable” childhood. The study is based on Irma Rizzini, Irene Rizzini, Chagas and Simili. In addition, it is based on documents found in the Casa, in newspapers and in pertinent legislation. We identified that the purpose of the Casa was defined as the support of minors and the investment in their professional education.

Keywords: Casa do Pequeno Jornaleiro; Assistance; Paperboys.

Resumen

Infancia, disciplina y trabajo: la casa do pequeno jornaleiro

El objetivo de este texto es comprender la formulación del proyecto institucional “Casa do Pequeno Jornaleiro”, creado en 1940 y discutir su implementación en lo que respecta a los aspectos asistenciales, la infancia pobre y el papel del trabajo en la atribución de virtudes a los niños vendedores de periódicos. Ellos fueron el objetivo de la asistencia de la Casa, dado el discurso de combatir los problemas sociales, movilizandando acciones preventivas para la infancia considerada “sin valor”. El estudio se basa en Irma Rizzini, Irene Rizzini, Chagas y Simili. Además, se basa en documentos encontrados en la Casa, en periódicos y en la legislación pertinente. Identificamos que el propósito de la Casa se definió como apoyar a los menores e invertir en su formación profesional.

Palabras clave: Casa do Pequeno Jornaleiro; Asistencia; Niños vendedores de periódicos.

¹ Mestranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Introdução

A presente comunicação baseia-se nas pesquisas realizadas no âmbito do mestrado em educação, diante do tema da educação e assistência na criação da Casa do Pequeno Jornaleiro (CPJ) no Rio de Janeiro, idealizada pela primeira-dama, esposa de Getúlio Vargas. A Casa foi uma iniciativa inaugural da entidade filantrópica voltada ao apoio de projetos assistenciais, a Fundação Darcy Vargas.

A CPJ tinha como alvo atender os meninos jornaleiros com um discurso de combate às problemáticas sociais por meio de ações preventivas voltadas à infância considerada “desvalida”. Esses menores eram figuras recorrentes no cotidiano urbano que percorriam as ruas das capitais com jornais em mãos anunciando as manchetes nos bondes. No entanto, essa atividade resultava em uma grande exposição aos males das ruas, além do afastamento da escola e do convívio familiar.

O objetivo central desta comunicação é compreender e discutir a implementação do projeto da CPJ, com ênfase nos aspectos assistenciais, na infância pobre e no papel do trabalho na construção de valores atribuídos aos pequenos jornaleiros. Para isso, o estudo fundamenta-se em referenciais teóricos como Irma Rizzini (1993), Irene Rizzini (2011), Chagas (2012; 2013) e Simili (2008), cujas pesquisas contribuem para a compreensão histórica das políticas assistenciais voltadas à infância. Além disso, apoia-se na análise de documentos institucionais da CPJ, dos registros encontrados em jornais da época e na legislação pertinente, permitindo um enfoque que articula diferentes fontes para a investigação do tema. Para tal, a abordagem metodológica dialoga com a perspectiva analítica da história cultural (Chartier, 1988). Também estabelece uma interlocução com a perspectiva de variação de escalas de análise de Revel (1996), particularmente no que tange à variação de escalas de observação do nosso objeto de pesquisa, articulada ao paradigma indiciário de Ginzburg (1986), buscando compreendê-lo do ponto de vista das políticas sociais do Estado Novo e, ainda, das normas e práticas vigentes na instituição, a partir dos vestígios encontrado nas fontes.

O texto organiza-se em três partes: apresenta uma breve análise sobre o debate em torno das infâncias desvalidas e trabalhadoras no Brasil, em seguida, discute a realidade dos menores vendedores de jornais e, por fim, examina o projeto da CPJ e as suas implicações no contexto assistencial da época.

Infância e trabalho no Brasil – perspectivas históricas e normativas

A problemática da infância, a partir do final do século XIX e início do XX, integrou, juntamente com outros temas relevantes da época, o conjunto de preocupações que impulsionaram a atuação dos reformadores sociais – médicos, advogados, pedagogos, assistencialistas –, comprometidos em refletir sobre a organização da sociedade e, especialmente, sobre a condição das crianças. Cada vez mais a ausência de serviços destinados ao seu cuidado efetivo e proteção escancaravam o problema do abandono, das altas taxas de mortalidade, do analfabetismo, da submissão a trabalhos exaustivos e da criminalização.

O projeto de modernização e fortalecimento do Brasil republicano estava diretamente ligado à infância, o que levou essa temática a ocupar um espaço central nos debates legislativos. Diferentes discursos disputavam a criação de uma legislação específica para a infância, visando garantir o seu cuidado e a sua assistência, saúde e educação.

Diversos fatores contribuíram para esse movimento, como as transformações sociais, a mudança do regime político brasileiro, as alterações no Código Penal de 1890 e a redefinição do conceito de infância em âmbito internacional, que passou a enfatizar a proteção e o desenvolvimento infantil.

No campo legislativo cresce um debate em torno da classificação jurídica pertinente aos menores abandonados, indigentes, trabalhadores etc., como forma de controlar, corrigir e prevenir a criminalidade, os desvios e outras problemáticas. Contudo, foram necessários mais de 20 anos até a chegada do Código dos Menores (Decreto nº 17.943-A, 1927), um conjunto de ações que regulamentam o cuidado, a assistência e a criação das instituições para as crianças pobres, além de se articular com o Juizado de Menores, criado em 1923, especializado na análise das infrações cometidas pelos chamados “menores infratores”. Ainda nesse sentido, na década de 1930, com o Governo Vargas, novas medidas legislativas foram implementadas, principalmente voltadas para menor trabalhador.

Em 1932, ainda no Governo Provisório, com o Decreto nº 22.042, se estabeleceu as condições de trabalho para os menores na indústria. Já em 1941, com o Decreto-Lei nº 3.616, de 13 de setembro, buscou-se de forma mais abrangente essa proteção. Assim, foi proibido o trabalho do menor de 14 anos e foi instituída a carteira profissional para menores de 18 anos e a proibição de menores de 18 anos em

trabalhos considerados prejudiciais à sua moralidade ou perigosos. O decreto também regula o trabalho do menor vendedor de jornais, considerando somente autorizado aqueles entre 16 e 18 anos e que estiverem matriculados em instituições destinadas ao seu amparo, como a CPJ.

Irene Rizzini (2011, p. 83) aponta que “[...] o significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la conforme o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação. Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com a infância pobre, como problema social, refletia a preocupação com o futuro do país”. Nesse panorama, as novas organizações sociais impactaram na ideia de infância e em quais infâncias seria necessário que o Estado interviesse. Não há na historiografia significado único de infância, pois, até no mesmo recorte temporal, as condições sociais modificaram a sua definição.

A ideia de crianças desvalidas parte da visão de que as famílias pobres seriam incapazes de prover cuidados morais, higiênicos, alimentares e de saúde adequados. Assim, essas crianças poderiam acabar ociosas nas ruas devido à necessidade de trabalho familiar. Diante disso, o Estado deveria intervir para que essas crianças não sejam desviadas, ou seja, em caso de evasão escolar e de vivência em meio ao alcoolismo, vadiagem ou criminalidade.

Em suma, na história da assistência à infância desvalida, podemos perceber duas formas de movimento: uma preventiva, visando impedir o desvio, e outra reservada para o esquadramento da infância, que a retira do convívio por já ser um desviante (Rizzini, 1993).

O conceito de trabalho em si é transformado no início do século XX, não mais como punição, mas sim uma ação dignificadora e civilizatória (Chalhoub, 1986). No governo de Vargas, o trabalho torna-se um pilar moral para a recuperação das crianças moralmente desvalidas e uma forma de dignificar os cidadãos e separá-los dos não cidadãos. Para Gomes (2013), a dimensão simbólica do trabalhismo estabeleceu vínculos políticos entre a sociedade e o Estado.

Essa valorização do trabalho também será encontrada nas ações filantrópicas – como forma de corrigir o menor e prevenir que a criança seja desviada –, bem como na educação profissionalizante.

A partir desse ideal de desenvolvimento da pátria, a filantropia se mobiliza com ações de assistência e profissionalização à infância e à juventude. “A filantropia pretende preparar jovens abandonados, delinquentes ou simplesmente pobres para integrarem-se à ‘sociedade brasileira’, o que requer o seu ajustamento às demandas do mercado de trabalho e a sua aceitação das normas sociais e da moral vigente” (Rizzini, 1993, p. 49). Apesar das iniciativas do Estado no âmbito da assistência pública e oficial, o trabalho filantrópico, de cunho privado, é incentivado pelo governo e configura vantagens, como o recebimento de orçamento. Simili (2008) considera que o campo da assistência filantrópica, principalmente o voltado para a infância e a mulher, é tomado por iniciativas privadas com apoio de damas da sociedade.

Cotidiano dos pequenos jornaleiros

No fim do século XIX, uma onda de imigrantes italianos chegou ao Brasil e mudou o panorama da entrega dos periódicos. Esses jovens paravam em lugares estratégicos da cidade ou perambulavam pelos trens e bondes narrando as manchetes principais, em busca de sobreviver. De acordo com Chagas (2012; 2013), as gerações iniciais de meninos imigrantes italianos ocuparam esse mercado e, com o tempo, assumiram o controle das bancas e da distribuição dos impressos. A presença predominante dos italianos nesse setor foi tão marcante que, em diversos momentos, a organização da distribuição chegou a ser identificada como uma “máfia” ou um “monopólio étnico”.

No início do século XX, esses grandes distribuidores, de origem italiana, começaram a contratar menores brasileiros, movidos, na maioria, pela mesma lógica econômica: a busca por mão de obra barata e pouco qualificada, replicando, assim, o modelo de trabalho anteriormente adotado.

Chamados de “pequenos jornaleiros”, esses meninos eram muitas vezes órfãos ou viviam abandonados pela cidade, dependendo da venda de jornais pelas ruas e bondes do Distrito Federal. Uma imagem comum para os cidadãos da época e, até certo ponto, bem quistos pela sociedade. Na década de 1930, o discurso sobre o trabalho dignificar e tornar o homem cidadão ganhou força. Contudo, a rua, o lugar do trabalho desses meninos que ficavam expostos aos perigos da cidade, poderia trazer diversos males. Embora o trabalho fosse importante e valorizado, o modo de viver dessas crianças que muitas vezes vinham de longe e viviam sem família e estudo era

favorável ao desenvolvimento de vícios como jogos, bebida, cigarro e da prática de pequenos delitos. E é nesse contexto que a Casa é criada, como um local de cuidado moral e educação para o trabalho. Em entrevista à *Gazeta de Notícias*², em janeiro de 1939, Dr. Romero Estellita relata que:

Não ha no momento nenhuma iniciativa mais louvável, e com certeza mais urgente, do que a que visasse amparar essa desgraça adolescencia que na miseria do corpo e da alma, na promiscuidade mais absoluta, mais completo desamparo, ganha a vida - ou melhor, perde, aos poucos, a sua vida - na labuta ingrata de vender jornaes.

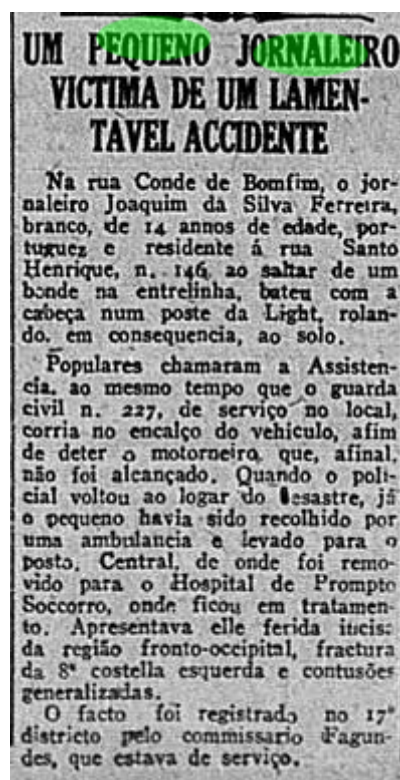
Nas páginas dos jornais eram frequentes os casos noticiando a vida difícil dos pequenos trabalhadores, como os meninos jornaleiros. Como exemplo desse panorama, em novembro de 1934, o jornal “O Malho”, do Rio de Janeiro, dedicou uma reportagem intitulada “Crianças que lutam pela vida”. O texto relata a realidade social dessas crianças com imagens de um menino jornaleiro, um pequeno engraxate, um pequeno bilheteiro, um baleiro e um marmiteiro, indagando sobre a invisibilidade desses personagens do cotidiano da cidade grande. Ao mesmo tempo, glorifica essa imagem como “magnífica lição de coragem e de desprendimento, a dessas crianças que lutam pela vida”³.

Concomitantemente eram frequentes as notícias que expunham a violência e os acidentes envolvendo meninos jornaleiros, evidenciando as condições de risco a que estavam submetidos no exercício do seu trabalho. Atropelamentos, agressões físicas e outros infortúnios são fruto tanto da precariedade das vias urbanas quanto da indiferença social em relação à sua vulnerabilidade. As reportagens não apenas relatavam os episódios, mas também traziam à tona a negligência de uma sociedade que, embora dependesse do trabalho desses meninos, pouco fazia para assegurar a sua proteção ou dignidade.

² Jornal *Gazeta de Notícias*. Edição de janeiro de 1939. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_06&pasta=ano%20193&pesq=Sem%20p%C3%A3o,%20sem%20lar,%20sem%20Deus,%20s%C3%A3o%20verdadeiros%20p%C3%A1rias&pagfis=20061

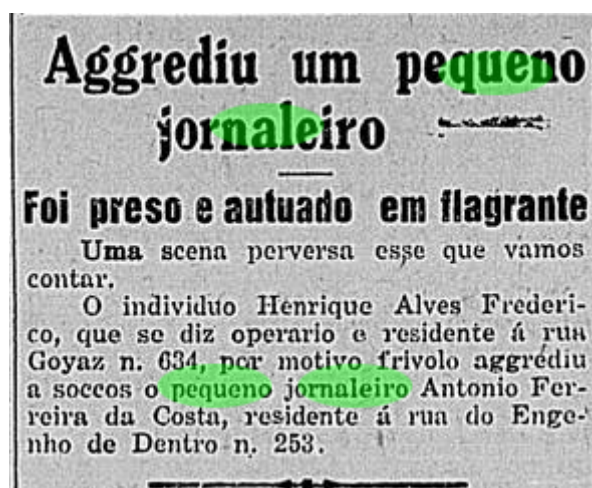
³ Jornal *O Malho*. Edição de 1 novembro de 1934. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20193&pesq=Crian%C3%A7as%20que%20lutam%20pela%20vida&pagfis=81337>

Figura 1 – Notícia sobre acidente com menino jornaleiro publicada pelo jornal Correio da Manhã (RJ) de 1926.



Fonte: Hemeroteca Digital.

Figura 2 – Notícia de agressão contra um menino jornaleiro no jornal A Rua – Semanario Illustrado (RJ) de 1927.



Fonte: Hemeroteca Digital.

Sua figura icônica com as roupas largas e punhados de jornais embaixo do braço foi marcada na cultura popular desde a década de 1930, quando o sambista Heitor dos Prazeres, um ex-engraxate e entregador, escreveu ao jornal A Noite a “Canção do Jornaleiro”, em 1933 (Tinhorão, 2013). A música relata a triste e dura vida desses meninos ao

narrar “Eu sou um pobre jornaleiro, / Eu não tenho paradeiro, / Ai, ninguém tem vida assim / [...] / Eu vivo sempre a sofrer, / Óh, que destino é o meu, / Eu que fui sempre jogado, / Vou vivendo amargurado” (Prazeres, 1933).

A canção desencadeou uma comoção que levou à inauguração do monumento em homenagem aos meninos jornaleiros, feito pelo escultor Fritz, no evento do jornal A Noite “Mez da Cidade”. A escultura, feita em bronze, representa um jovem jornaleiro em movimento, carregando uma pilha de jornais sob o braço, com o grito de “extra!” eternizado na garganta, localizado até os dias atuais no centro do Rio de Janeiro, entre as ruas Ouvidor e Miguel Couto junto à Avenida Rio Branco (Figura 3).

A cerimônia de inauguração reuniu autoridades locais, intelectuais, jornalistas e membros da sociedade carioca, todos movidos pela ideia de homenagear os meninos jornaleiros. O jornal ainda relata as falas que exaltam essa figura como “[...] symbolo de trabalho, de abnegação, de honradez, escoteiro por intuição, herói minúsculo e obscuro das batalhas quotidianas pela conquista do pão” e “[...] as virtudes singulares do garotinho que leva, a toda a cidade, as notícias do dia, affrontando às intempéries, ao sol e à chuva, sem medir sacrifícios, devotado por inteiro [...]”⁴.

Figura 3 – Monumento Pequeno Jornaleiro – 1933.



Fonte: Biblioteca do IBGE.

⁴ Jornal A Noite. (1933, maio 16). https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_03&pasta=ano%20193&pesq=Fritz&pagfis=12879

Esses movimentos colocam os meninos vendedores de jornais em posição de destaque nas iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida infantil, que abrangem aspectos como educação, saúde, condições de trabalho e o sustento das suas famílias. Nesse contexto, Darcy Vargas assume um papel de liderança ao idealizar e promover a criação de uma instituição destinada a amparar esses jovens trabalhadores.

Ademais, é relevante destacar o papel estratégico desempenhado pelos jornaleiros como mediadores no processo de comunicação do governo de Getúlio Vargas. Esses meninos não apenas representavam uma força de trabalho essencial, mas também atuavam como agentes na disseminação das diretrizes e mensagens governamentais, especialmente no âmbito das políticas varguistas. Assim, cuidar dos jornaleiros não se limitava a uma ação humanitária, mas também se configurava como uma estratégia política para fortalecer a imagem e a propaganda do governo, garantindo a circulação eficiente de suas notícias e consolidando a sua presença no imaginário popular.

Um lar para os pequenos jornaleiros – entre a proteção e a disciplina

Em 1938, a então primeira-dama cria a Fundação Darcy Vargas, uma entidade filantrópica com a finalidade de

curar, amparar e educar a infância desvalida da cidade do Rio de Janeiro, como também promover a difusão do ensino profissionalizante de menores de ambos os sexos, com o propósito de prepará-los moral e fisicamente para uma vida útil, modesta e feliz (Ata de reunião da Fundação Darcy Vargas, de 12.12.1939, apud Simili, 2008, p. 81).

A partir da Fundação, foi criada, em 1940, a CPJ. A Fundação marca um entrelaçamento entre as políticas assistenciais do Estado e o empresariado. Darcy apresenta-se como uma cuidadora benevolente, com o desejo de cuidar dessas infâncias marginalizadas que sofrem pelas péssimas políticas que não resolvem a problemática. Já o governo pensa na mão de obra perdida, que é necessária para a construção da nação. Imerso no contexto populista de Vargas, há a construção da figura de Darcy como uma mãe da nação que busca sanar as mazelas que a pobre infância desvalida enfrenta diariamente.

O processo de inauguração da CPJ teve a presença da imprensa, noticiando, arrecadando e comparecendo nas festividades. No dia 8 de setembro de 1940, conforme

o Programa de Inauguração (1940), ocorreu a celebração com o discurso inaugural de Dr. Romero Estellita. Nele, o presidente da Fundação exalta a figura de Darcy como uma “padroeira do bem”, que age em prol da ação social, e sua ideia “grandiosa”, que estaria além das propostas comuns das instituições assistenciais:

não apenas um albergue, onde aqueles meninos órfãos ou abandonados, esfarrapados e sujos, encontrassem um leito certo que os abrigasse depois de um dia ingrato: [Darcy] pensara numa casa que fosse um reformatório do corpo e da alma, uma casa que fosse o lar, a escola, a redenção de uma legião de meninos fadados à miséria física ou à degradação moral, para quem o destino primavera do carinho materno e que começaram a ganhar o pão de cada dia antes de aprender o Padre Nosso (Fundação Darcy Vargas, 1940, p. 6).

Estellita ainda complementa, no fim do seu discurso, os objetivos da Casa como:

destinada a influir na solução de um dos problemas que mais tem desafiado a argúcia dos homens de Estado, ou seja, o dos menores abandonados, mal que a civilização nos trouxe com a questão social, o urbanismo e a desorganização social (Fundação Darcy Vargas, 1940, p. 11).

Figura 4 – Vista lateral da Casa do Pequeno Jornaleiro – 1942.



Fonte: Arquivo Nacional.

O Regulamento de 1943 da Casa revela os objetivos centrais dessa instituição, explicitando um projeto de formação que combinava educação moral, cívica e profissional. A proposta envolvia não apenas o amparo imediato dos menores, mas também um esforço para os moldar de acordo com as expectativas de uma sociedade disciplinar e produtiva. Sendo assim, o Capítulo I – Finalidade e Organização, em seu artigo 1º:

A “Casa do Pequeno Jornaleiro”, como instituição mantida pela Fundação Darci Vargas, para o amparo do menor vendedor ambulante de jornais, visa a corrigir, completar e aprimorar a educação do mesmo, empregando para esse

fim os possíveis recursos da pedagogia e uma discreta e ativa vigilância do menor durante esse tempo que está entregue ao trabalho ou aos lazeres fora da sede da C.P.J. (Fundação Darcy Vargas, 1943, p. 2).

No 2º artigo: “Como finalidade principais dêsse processo formativo, figura a reeducação moral desse menor e o seu preparo e encaminhamento para uma nova profissão” (Fundação Darcy Vargas, 1943, p. 2).

Podemos inferir desses trechos como a ação moralizante tem forte cunho nas propostas da Casa, além do caráter cerceador e vigilante. O uso da expressão “corrigir, completar e aprimorar a educação” indica um viés de tutela e normatização, evidenciando a intenção de moldar esses menores de acordo com determinados valores sociais. O projeto não apenas oferecia suporte material e educacional, mas também impunha um conjunto de normas e comportamentos esperados.

A menção aos “possíveis recursos da pedagogia” sugere que a educação era utilizada como um meio de disciplinarização, mais do que como um direito garantido às crianças. O ensino, nesse contexto, funcionava como um instrumento de moralização e adaptação dos jornaleiros aos padrões considerados adequados pela sociedade da época.

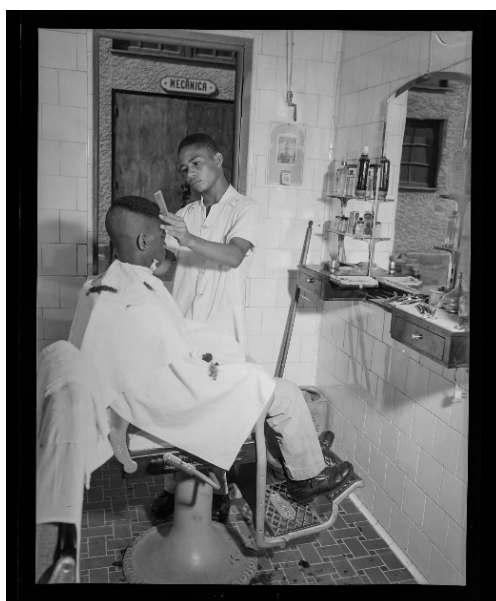
As crianças e jovens que fossem admitidos ficariam na Casa deveriam obedecer às regras dentro e fora da instituição. Mesmo quando os meninos estavam nas ruas, seja trabalhando ou em momentos de lazer, havia uma preocupação em monitorá-los. Isso sugere um regime de vigilância que transcendia os limites físicos da instituição, funcionando como um mecanismo de controle social sobre esses menores e as suas atividades cotidianas.

Os admitidos poderiam viver em regime de internato ou retornar aos responsáveis, sendo a preferência a admissão para o regimento de internato. Ao fim das vagas da seção de internos, seriam admitidos no externato.

Para ser interno, de acordo com o artigo 7º, o menor deveria “ser órfão de pai e mãe ou viver em abandono moral e material compatível com a orfandade” além de exercer a função de “vendedor ambulante de jornais” há mais de três meses, ter idade entre 14 e 16 anos e ser vacinado contra a varíola. Já no caso de externo, deveria possuir a autorização dos pais, tutores ou responsáveis para exercer a profissão de vendedor ambulante de jornais. O processo de admissão ocorreria após uma “[...] minuciosa sindicância a respeito dos antecedentes do menor, do ambiente familiar e social em que vive e da situação econômica das pessoas de quem depende” ordenada pelo diretor.

Com relação aos propósitos assistências, a Casa oferecia serviços médicos e dentários, serviços de lavanderia e cabeleireiro, vestuário, piscina, campos de recreio, biblioteca, auditório e restaurante (Figura 5). Alguns dos serviços eram pagos, subtraídos dos ganhos dos meninos, e o restante colocado numa poupança que ficava à disposição para retirada no momento da saída da instituição.

Figura 5 – Meninos jornaleiros cortando o cabelo na Casa do Pequeno Jornaleiro – 1942.



Fonte: Arquivo Nacional.

Além do trabalho como vendedores de jornais, o regulamento relata, no seu terceiro artigo, a organização didática, ou seja, as disciplinas obrigatórias e outras atividades extracurriculares que os meninos eram obrigados a frequentar: ensino primário e complementar, ensino profissional, formação moral e cívica, educação física, instrução pré-militar, formação lítero-artística e religiosa. A frequência era de, no mínimo, 12 horas por semana, aumentada em seis horas semanais para os alunos do internato, com atividades extracurriculares.

Os meninos que não possuísem atestado de conclusão do ensino primário iriam frequentar as aulas em horário que não afetasse o seu trabalho. O nível de conhecimento era correspondente ao curso primário da Prefeitura do Distrito Federal, diferenciando no processo para torná-lo mais rápido. O mesmo ocorria com os meninos sem atestado de conclusão do ensino complementar.

O regulamento instrui que os cursos de ensino profissional deveriam seguir diretrizes estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 4.073/1942 para a formação artesanal. Essa legislação definiu as bases para a organização e o regime do ensino industrial no Brasil, integrando um conjunto de medidas promovidas pelo ministro Capanema e pelo governo, com o objetivo de ampliar a proteção ao trabalho e à educação dos menores trabalhadores. Para Sousa (2000, p. 248), “A formulação de uma política social de proteção à infância e à juventude teria igualmente de levar em conta a situação do menor trabalhador, atendendo-o em suas necessidades vitais e cuidando de sua formação profissional” (Figura 6).

Figura 6 – Sala de aula na Casa do Pequeno Jornaleiro – 1957.



Fonte: Arquivo Nacional.

Somado a isso, o regulamento enfatizava a formação moral e cívica dos meninos, aliadas a uma disciplinarização de caráter militar. Essa abordagem visava moldar os internos segundo valores de obediência, respeito à autoridade e patriotismo, características fundamentais para a inserção social da época.

A formação era estruturada por meio de uma rotina regrada e da transmissão de princípios como honestidade, trabalho árduo e dever cívico. O regulamento previa momentos específicos para instruções sobre boa conduta, incluindo palestras e atividades que reforçavam a importância da disciplina e da responsabilidade

individual e coletiva e a participação obrigatória nas solenidades comemorativas dos feriados nacionais. A CPJ não apenas oferecia assistência, mas também buscava moldar sujeitos que se adequassem ao ideal de cidadão trabalhador e ordeiro, conforme os valores do regime marcado pelo nacionalismo e pela centralização do poder.

O regime disciplinar se considera “mais preventivo do que repressivo” (Fundação Darcy Vargas, 1943), de forma a estimular a formação de caráter e o senso de responsabilidade. Se manifesta na organização do cotidiano dos internos, na assiduidade de horários rígidos e nas práticas de hierarquia. Havia normas estritas quanto ao comportamento, à vestimenta e ao cumprimento de ordens, com sanções para aqueles que desrespeitassem as regras, não incutindo sanções violentas. O objetivo era suscitar nos jovens uma mentalidade disciplinada e submissa, preparando-os para uma futura inserção no mercado de trabalho e para o cumprimento dos deveres sociais.

Segundo o artigo 51, era proibida a aplicação de castigos corporais, e qualquer transgressão a essa norma resultaria na demissão do responsável. As penas disciplinares aplicadas aos menores variavam conforme a gravidade da infração. Cabia ao prefeito da Casa adotar medidas como: advertências, redução da nota de comportamento, rebaixamento na hierarquia, afastamento de aulas ou oficinas, privação de atividades recreativas, como jogos e banho de piscina, além de repreensões formais.

Infrações mais graves poderiam levar a punições mais severas, como: advertência pelo diretor, registro de repreensão no boletim, privação temporária da venda de jornais, aplicação de multas em dinheiro, cassação da matrícula e até a entrega do menor ao juiz de menores ou à autoridade policial. As duas últimas sanções exigiam autorização do presidente da Fundação Darcy Vargas. Essas medidas demonstram o caráter disciplinador da instituição, que combinava normas rígidas com um modelo punitivo progressivo (Figura 7).

Figura 7 – Meninos jornaleiros em forma em área externa da Casa – 1942.



Fonte: Arquivo Nacional.

A partir do observado nos documentos, podemos compreender como a ideia de regeneração e amparo através do trabalho era a principal diretriz para a rede filantrópica. O trabalho configura-se como uma estratégia pedagógica no combate às problemáticas da infância. O objetivo principal da Casa é o amparo moral e educacional, e é nessa educação, tanto no viés moral quanto profissional, que se espera prosperar com os pequenos jornaleiros.

Simili afirma que esse objetivo é mais “político-ideológico do que uma preocupação efetiva com a qualificação para o trabalho” (2008, p. 97), tendo em vista que a maior necessidade era “grande contingente de trabalhadores baratos e não-qualificados, porém dóceis” (Irene Rizzini 2000 citado por Simili, 2008, p. 97). Essa será a porta de entrada para uma nova sociedade, uma forma de se ajustar às demandas do novo mundo do trabalho, da nova moral e da nova sociedade que se buscava.

Considerações Finais

A CPJ foi uma instituição emblemática no contexto das políticas sociais, assistenciais e educacionais voltadas à infância e à juventude no Brasil. Criada para atender a uma infância desvalida, em particular aqueles que trabalhavam como pequenos jornaleiros – meninos vendedores de jornais –, a instituição representou tanto um reflexo das tensões sociais da época quanto uma tentativa de intervenção estatal e filantrópica para mitigar os impactos da pobreza e da exploração do trabalho infantil.

Além disso, a CPJ desempenhou um papel simbólico na construção das políticas públicas voltadas à infância no Brasil. Ela foi uma das precursoras de iniciativas que, posteriormente, seriam ampliadas e sistematizadas pelo Estado, principalmente após a promulgação do Decreto-Lei nº 3.616/1941, expandindo a criação de casas de acolhimento para esses menores vendedores de jornais. Nesse sentido, a CPJ pode ser vista como um marco na história das políticas sociais brasileiras, ainda que as suas limitações e contradições não possam ser ignoradas.

A instituição não apenas atendia às necessidades materiais dos jornaleiros, como alimentação e moradia, mas também visava proporcionar uma formação moral e cívica alinhada aos valores predominantes da época. A ideia era retirar essas crianças das ruas, que eram vistas como espaços de perigo e marginalidade, e inseri-las em um ambiente considerado mais seguro e disciplinador. Essa iniciativa fazia parte de um movimento maior de higienização social, que procurava integrar as classes mais pobres à ordem social por meio de projetos educacionais e assistenciais. É possível compreender o discurso na proposta da Casa como um escopo para preparar esse “homem higiênico” (Simili, 2008, p. 106) e bom trabalhador para vivenciar a nova cidade que surgia.

Compreender as práticas do passado voltadas à infância pobre e trabalhadora não é apenas um exercício de reconstrução histórica, mas também uma tarefa política diante dos desafios contemporâneos no campo social da educação e da infância. Em um país que ainda convive com altos índices de trabalho infantil, evasão escolar, fome e abandono institucional, o estudo de instituições como a CPJ nos convoca a refletir sobre os modelos de proteção e controle historicamente aplicados à infância e suas permanências.

Referências

Chagas, V. (2012). O jornaleiro como objeto: O processo da institucionalização da atividade de distribuição da imprensa e as bancas de jornais como rede cultural e vetor de memória. *Anais do Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 15. Recuperado em 06 maio 2024 de: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338092811_ARQUIVO_ANPUH-2012-viktor.pdf

- Chagas, V. (2013). O Estado e a distribuição da imprensa disputas pelo controle das bancas de jornais e da regulação da categoria dos jornaleiros na era Vargas. *Mosaico*, 4(7), 4-25.
- Chalhoub, S. (1986). Introdução. In S. Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Universidade de Campinas.
- Chartier, R. (1994). Por uma história das práticas culturais. In R. Chartier, *História Cultural entre práticas e representações*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Decreto n. 22.042, de 3 de novembro de 1932. Estabelece as condições do trabalho dos menores na indústria. *Diário Oficial da União*.
- Fundação Darcy Vargas – FDV. (1940). *Programa de inauguração Casa do Pequeno Jornaleiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Fundação Darcy Vargas – FDV. (1943). *Regulamento da Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Ginzburg, C. (1986) Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In C. Ginzburg, *Mitos emblemas e sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras.
- Gomes, A. C. (2013). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Prazeres, H. (Comp.) (1933). Canção do jornaleiro [música]. Recuperado em 04 abril 2025 de: https://www.youtube.com/watch?v=I_CZXm1SVcM
- Decreto lei n. 3.616, de 13 de setembro de 1941. Dispõe sobre a proteção do trabalho do menor e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Decreto lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. *Diário Oficial da União*.
- Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. *Diário Oficial da União*.
- Revel, J. (1996). Microanálise e construção social. In J. Revel, *Jogos de escalas: A experiência da microanálise* (pp. 15-38). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Rizzini, I. (1993). *Assistência à Infância no Brasil: Uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula.

Rizzini, I. (2011). Crianças e menores: Do pátrio poder ao prático dever: Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In I. Rizzini, & F. Pilotti (Orgs.), *A arte de governar crianças: A história de políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. (3a ed., pp. 97-149). São Paulo: Cortez.

Simili, I. G. (2008). A Fundação Darcy Vargas e a infância. In I. G. Simili, *Mulher e política: A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.

Sousa, C. P. (2000). Saúde, educação e trabalho de crianças jovens: A política social de Getúlio Vargas. In A. Castro (Org.), *Capanema: O ministro e seu ministério* (pp. 221-249). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Tinhorão, J. R. (2013). *Os sons que vêm da rua*. São Paulo: 34.

Submetido em: 15 fevereiro de 2025

Aceito em: 11 junho de 2025

Sobre a autora

Livia de Fátima Conceição

Mestranda em Educação UFRJ, Pedagoga

E-mail: livia.fatima.marq98@gmail.com